



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE TEORIA ECONÔMICA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MAMEDE ALVES DE OLIVEIRA

CORRUPÇÃO: PERCEPÇÕES EMPÍRICAS E TEÓRICAS

FORTALEZA

2018

MAMEDE ALVES DE OLIVEIRA

CORRUPÇÃO: PERCEPÇÕES EMPÍRICAS E TEÓRICAS

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientadora: Prof. Dra. Eveline Barbosa Silva Carvalho

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O48c Oliveira, Mamede Alves de.

Corrupção : Percepções empíricas e teóricas / Mamede Alves de Oliveira. – 2018.
36 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2018.
Orientação: Profa. Dra. Eveline Barbosa Silva Carvalho.

1. Corrupção. 2. Teoria dos jogos. 3. Assimetria de informação. I. Título.

CDD 330

MAMEDE ALVES DE OLIVEIRA

CORRUPÇÃO: PERCEPÇÕES EMPÍRICAS E TEÓRICAS

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Economia.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Eveline Barbosa Silva Carvalho (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. José Henrique Félix Silva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Paulo de Melo Jorge Neto
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Aos meus pais, por todo sacrifício e apoio incondicional.

Aos gigantes que me cederam seus ombros:
Aumann, Harsanyi e Nash.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à minha família, em especial ao meu pai, que sempre educou a mim e aos meus irmãos através do exemplo de integridade e caráter, e à minha mãe, que sempre colocou nossas necessidades acima das dela, e que continuou acreditando em mim quando nem eu mais conseguia.

Agradeço a todos os professores que tive ao longo desta jornada, em especial à professora Eveline, que nos últimos dois anos confiou em mim como seu monitor, permitindo-me desenvolver o presente trabalho, o qual, também, se dispôs a orientar. Também agradeço aos professores Félix e Paulo Neto, não só pelo conhecimento adquirido em suas aulas, mas também por terem aceito fazer parte desta banca.

“[...] it surely follows from basic economic principle that when some people wish to behave in a certain way very much, as measured by the amount they gain from it or would be willing to pay rather than forgo it, they will pursue that wish until it becomes too expensive for their purse and tastes. And in general it will not be inexpensive for society to make prohibited behavior expensive for the potential violator.”

(Becker e Stigler, 1970, p. 2).

RESUMO

A corrupção é um problema que assola grande parte dos países do mundo, em especial aqueles que estão em processo de desenvolvimento, como é o caso do Brasil. A busca pela compreensão sobre as causas e os efeitos da corrupção deu origem a todo um campo de estudo econômico, todavia a maioria destes restringem sua análise ao efeitos macroeconômicos da mesma, muitas vezes deixando de lado o aspecto microeconômico e os incentivos que os agentes econômicos têm para desviar sua conduta para o caminho da corrupção. Busca-se no presente trabalho, em um primeiro momento, analisar os mais recentes dados sobre a percepção da corrupção no Brasil. Posteriormente busca-se compreender a corrupção partindo da teoria dos jogos. Ao analisar dois mundos, onde em um deles o nível de percepção sobre a corrupção é tão alto que praticamente não se observa assimetrias dentro de um processo eleitoral, enquanto que no outro o baixo nível de percepção sobre a corrupção leva à um cenário onde a assimetria de informação surge dentro do mesmo processo, comparando ambos os equilíbrios é possível ter uma noção do efeito da corrupção.

Palavras-chave: Corrupção. Teoria dos jogos. Informação assimétrica.

ABSTRACT

Corruption is a problem that plagues most countries in the world, especially those that are in the process of development, as is the case in Brazil. The search for understanding about the causes and effects of corruption has given rise to a whole field of economic study, but most of them restrict their analysis to the macroeconomic effects of corruption, often leaving aside the microeconomic aspect and incentives that economic agents have to divert their conduct to the path of corruption. In the present work, we seek to analyze the most recent data on the perception of corruption in Brazil. Subsequently, it seeks to understand corruption based on game theory. When analyzing two worlds, where in one of them the level of perception about corruption is so high that practically no asymmetries are observed within one electoral process, while in the other the low level of perception about corruption leads to a scenario where asymmetry of information arises within the same process, comparing both balances it is possible to have a notion of the effect of corruption.

Keywords: Corruption. Game Theory. Asymmetric information.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REVISÃO DE LITERATURA	13
2.1 Corrupção como um mal necessário	13
2.2 Abordagem da captura de renda e a relação agente-principal	14
2.3 Análise empírica da corrupção	14
3 PERCEPÇÕES SOBRE CORRUPÇÃO NO BRASIL	18
4 METODOLOGIA	23
4.1 Análise de um mundo ideal	23
4.2 Implementando a incerteza: Dilema do eleitor	25
5 ANÁLISE DE RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

Embora a corrupção seja um tema relevante e debatido pelo menos desde a Grécia Antiga (Friedrich, 2002), o interesse dos economistas pelo tema é recente e tal fato pode ser explicado, pelo menos em parte, pelo desconforto destes em adentrarem em aspectos morais, e também pelo fato da indisponibilidade de dados que permitissem auferir o mínimo de informações sobre a corrupção (Rose-Ackerman, 2006). Os primeiros trabalhos concernentes ao tema podem ser encontrados a partir da segunda metade do século passado, mas é somente a partir da década de 90 que surgem os primeiros trabalhos empíricos, com destaque para os trabalhos de Mauro (1995, 1998). O que se viu a partir de então foi a emergência da economia da corrupção como um dos ramos mais profícuos da economia nas últimas três décadas.

Como forma de solucionar o problema da disponibilidade de dados ao longo do tempo foram criados diversos índices que buscam de alguma forma medir a corrupção, dentre estes, um dos mais destacados é o Índice de Percepção da Corrupção (IPC), formulado pela Transparência Internacional (TI), o mesmo consiste em um agregado de diferentes fontes e é medido em uma escala que varia de 0 – o país é percebido como altamente corrupto - a 100 – o país é visto como livre de corrupção -, para o ano de 2017 foram levados em consideração 180 países para a construção do ranking. O último relatório sobre o IPC (Transparency International, 2017), mostra que grande parte dos países não conseguiram alcançar progressos significativos na luta contra a corrupção, a média mundial foi de 43 pontos, mantendo-se no mesmo patamar alcançado em 2016. O caso brasileiro chama a atenção, de 2016 para 2017 observou-se um decréscimo de 3 pontos no índice do país, de 40 para 37, levando o mesmo da 79ª posição para a 96ª, sendo esta a 5ª maior queda - em termos de ranqueamento - considerando todos os países, e a maior se considerarmos somente os países da América do Sul.

Solucionado o problema da disponibilidade de dados, o que se percebe é que o enfoque econômico em relação à corrupção acaba por muitas vezes se restringir às causas e consequências da mesma, deixando muitas vezes de lado o aspecto “micro”, ou seja, o papel dos agentes. Assim buscar-se-á no presente trabalho compreender o impacto da corrupção sobre a tomada de decisão destes, em especial, objetiva-se captar o impacto da incerteza no momento em que os agentes escolhem aqueles que serão os seus representantes políticos, caracterizando, assim, um dilema da votação. Através da modelagem de um jogo de

informação imperfeita, também conhecido como *jogo bayesiano*., buscamos capturar o papel da incerteza sobre a tomada de decisão do eleitor, para tal toma-se como comparação um modelo de informação perfeita, onde os agentes tem total conhecimento das ações uns dos outros. Segue-se no presente trabalho uma linha que busca relacionar a incidência da corrupção com o aspecto da incerteza, sendo que esta emerge a partir do momento que se configura uma situação de informação assimétrica (Tirole 1996; Caselli e Morelli 2004; Besley e Smart 2007; Schwabe 2011).

Será adotada como definição de corrupção aquela oferecida por Nye (1967, p. 419), a corrupção é o desvio de conduta do agente público em prol de algum ganho privado, sendo este monetário ou não. Tal definição encaixa-se bem ao propósito do presente trabalho, embora a mesma não se sustente quando se leva em consideração os casos mais específicos, como quando o agente público age para garantir alguma vantagem a seu partido ou a algum grupo específico, ou então quando se leva em consideração as diferenças culturais entre os países, que acabam por ser também diferenças em relação aos valores ético-morais, assim, o que se afirma ser corrupção em um determinado país pode não se sustentar em outro (Gardiner, 2002). Destaca-se que, embora o foco deste trabalho seja a corrupção ligada a esfera pública, entende-se que não se pode limitar a mesma a somente isto. Aceitar-se-á aqui a crítica proposta por Hodgson e Jiang (2007, p. 1047), o efeitos da corrupção trespassam as barreiras dos diversos setores da economia, não sendo um fenômeno exclusivo do setor público.

Além da presente introdução este trabalho está dividido da seguinte forma, a seção 2 está dedicada a uma revisão de literatura, na seção 3 discorrerá sobre a percepção da corrupção por parte da população no Brasil, na seção 4 será apresentado o modelo teórico, enquanto que, na seção 5 se discutirá a análise de resultados e as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Corrupção como um mal necessário

Os primeiros estudos sobre corrupção foram marcados pela crença dos economistas no sistema de preços (Rose-Ackerman, 2006), o mesmos viam a corrupção como uma forma de alocação eficiente no mercado, aqueles agentes com a maior disposição a pagar por determinado bem, a ponto de se fazerem valer de subornos e de outras formas de se obter alguma vantagem ilícita, acabavam por consegui-lo, levando, assim, a um resultado tido como eficiente (Leff, 1964). Huntington (1968) enxerga a corrupção como algo inerente ao processo de modernização política e ao desenvolvimento econômico dos países, sendo assim um mal necessário, ao ponto de qualquer intervenção com a intenção de contê-la acabar gerando obstáculos ao crescimento econômico:

In terms of economic growth, the only thing worse than a society with a rigid, overcentralized, dishonest bureaucracy is one with a rigid, overcentralized, honest bureaucracy. (HUNTINGTON, 1968, p.69)

Bayley (1966) limita sua análise aos países em desenvolvimento. Para o referido autor, além da corrupção alocar eficientemente os recursos, a mesma também serviria, dentre outras coisas, como um estímulo aos funcionários públicos, ao permitir que os mesmos almejassem uma maior remuneração, fazendo com que os indivíduos mais hábeis se sentissem atraídos pela carreira no setor público.

2.2 Abordagem da captura de renda e a relação agente-principal

O trabalho seminal de Tullock (1967) representa não somente um marco nos estudos econômicos, mas também um uma nova fase nos estudos sobre corrupção, o autor, ao formalizar a ideia sobre a captura de renda, mostra os possíveis efeitos negativos da mesma sobre o bem estar da sociedade, algo que até então era totalmente subestimado, ou por vezes ignorado. O trabalho de Krueger (1974) surge como uma formalização da ideia de Tullock, uma vez que a autora apresenta uma primeira modelização do processo de captura de renda, e mostra como a mesma se configura sob diferentes estruturas de mercado. Os termos

corrupção e captura de renda passaram a caminhar tão próximos que, em dado momento, pareciam ser termos intercambiáveis, mas, embora quase sempre se complementem, ambos podem se desenvolver de forma independente (Aidt, 2016). Aidt (2016) distingue duas correntes na literatura econômica sobre corrupção: uma primeira tenderia a interpretar a corrupção como um problema de risco moral, onde o governante não possui capacidade de acompanhar a todo momento as ações de seus agentes, enquanto que a segunda interpreta a corrupção como uma falha criada propositalmente para extrair o máximo de renda do setor privado. A captura de renda teria efeitos opostos nas duas análises, enquanto que na primeira não haveria uma perda de bem estar social, já que o pagamento de suborno seria uma transferência; na segunda corrente os efeitos seriam bem piores, a competição entre os agentes se daria através de pagamentos ilícitos, levando a uma perda de bem estar social.

Becker e Stigler (1974) dão um importante passo na análise da corrupção. Os autores se utilizaram da abordagem agente principal para construir um sistema de incentivos que tornaria menos interessante ao agente público enveredar pelo caminho da corrupção, os mesmos buscam mostrar que o indivíduo, ao escolher cometer um crime, leva em consideração as suas demais opções, sendo portanto uma atitude racional, logo, através dos incentivos certos, o ato de se desviar da conduta tida como correta pode ser transformada na opção menos interessante (Becker 1968, Stigler 1970). Contudo, a primeira análise formal da corrupção sob a óptica econômica deve-se a Rose-Ackerman (1975), analisando o processo de contratação por parte do governo a autora apresenta como a corrupção se configura sob diferentes estruturas de mercado, em um extremo onde há um ambiente de concorrência perfeita e não há diferenciação de produtos, sendo a corrupção facilmente combatida; no extremo oposto há um monopólio bilateral, um único fornecedor e um único comprador negociando, sendo a corrupção mais difícil de ser controlada.

2.3 Análise empírica da corrupção

Mauro (1995) apresenta o primeiro trabalho empírico que busca mensurar os impactos da corrupção, lançando mão de diversas regressões e controlando-as através de variáveis instrumentais, o autor chega a resultados robustos que mostram os efeitos deletérios da corrupção, dentre os quais se destaca a redução no crescimento econômico, indiretamente ao diminuir as taxas de investimento, ou diretamente ao levar a uma alocação ineficiente do investimento entre os setores. Mauro (1998) mostra ainda que investimentos em educação, e

potencialmente em saúde, estão negativamente relacionados com corrupção, a explicação para tal efeito é que os agentes envolvidos em esquemas de corrupção buscam implementar suas ações em áreas que sejam de difícil monitoramento, ou seja, que sejam mais propícias á tais atos, como por exemplo setores de alta tecnologia. Tal argumento pode ser corroborado pelas conclusões de Ades e Di Tela (1995). Os referidos autores, fazendo uso de indicadores sobre concorrência, mostram que quanto menos concorrencial é um mercado ou setor, maior será a extensão da corrupção no mesmo.

Gupta et al (2002), relaciona corrupção e desigualdade, medida pelo índice de Gini, o autor encontra que maiores índices de corrupção estão associados com maiores índices de desigualdade, tanto de renda quanto educacional. Nesta mesma linha os trabalhos de Kauffman et al (1999) e Wyatt (2002) trazem indicativos de que a corrupção afeta o crescimento da renda per capita, sendo que a causalidade vai daquela para esta. Lambsdorff (2006) oferece uma vasta revisão da literatura acerca da economia da corrupção, será destacado a seguir os principais trabalhos na área, divididos entre aqueles que buscam captar as causas da corrupção e aqueles que buscam mensurar seus efeitos. Será destacado também alguns dos trabalho mais recentes com relação ao tema.

Quadro 1. Referências sobre as causas da corrupção - Continua

Causa	Referência	Conclusões
Tamanho do Governo	Elliot (1997)	A medida que o nível de corrupção aumenta, o orçamento do governo como proporção do PIB cai.
	Graeff e Mehlkop (2003)	Observaram que em países de alta renda a corrupção decai significativamente com o tamanho do governo.
	La Porta et al. (1999)	Encontra correlação positiva entre corrupção e as transferências e subsídios do governo como proporção do PIB.
Aspecto Regulatório	Djankov et al. (2002)	A corrupção apresenta forte correlação com o aspecto burocrático para a abertura de novos negócios.

Quadro 1. Referências sobre as causas da corrupção - Continuação

	Hall e Levendis (2017)	Controlando a endogeneidade das variáveis através de um modelo VAR em painel, os autores constataam que a corrupção em conjunto com a falta de liberdade econômica afetam negativamente a renda nacional.
	Gerring e Thacker (2005)	Encontra correlação positiva entre a qualidade regulatória e a ausência de corrupção.
Estrutura de Mercado	Henderson (1999)	A corrupção é negativamente correlacionada com diferentes indicadores de liberdade econômica
	Ades e Di Tella (1995, 1997, 1999)	Demonstram que o grau de abertura de economia é negativamente correlacionada com a corrupção.
Estrutura de Governo	Adsera et al. (2000)	Países com alta participação eleitoral possuem menores níveis de corrupção.
	Persson et al. (2003)	Distritos menores são mais propensos a altos índices de corrupção, devido à dificuldade de entrada de novos candidatos, o motivo inverso torna o distritos maiores menos propensos.

Fonte: Adaptado de Lambsdorff (2006)

Quadro 2. Referências sobre as consequências da corrupção - Continua

Consequências	Referência	Conclusões
Indicadores de Produtividade	Knack e Keefer (1995)	Os autores encontram que a corrupção possui um impacto negativo sobre o crescimento do PIB.
	Rock e Bonnet (2004)	A corrupção possui efeito positivo sobre o crescimento nos países recém industrializados do leste asiático.
Investimento	Wei (2000)	A corrupção possui um impacto negativo sobre o investimento direto estrangeiro (IDE).
	Habib e Zurawicki (2001,2002)	O impacto da corrupção é maior sobre o IDE do que sobre o investimento interno, concluindo que os investidores externos são sensíveis com relação a mesma.

Quadro 2. Referências sobre as consequências da corrupção - Continuação

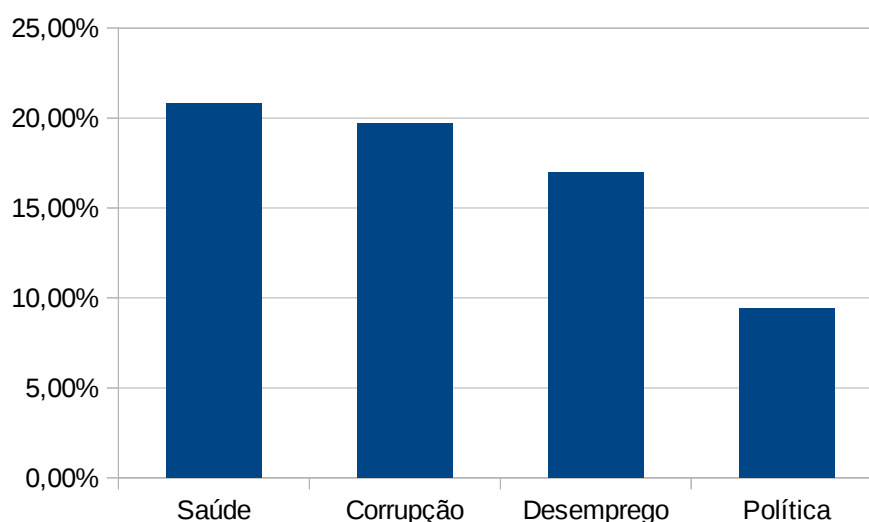
	Campos e Pereira (2016)	Partindo de um modelo de equilíbrio geral, e usando dados disponíveis para o Brasil. Os autores encontram um impacto positivo sobre o investimento e o produto no longo prazo quando há eliminação da corrupção. Também mensurar um possível <i>trade-off</i> entre corrupção e ineficiência, observando uma redução do bem-estar quando há um redução na corrupção e um aumento na ineficiência.
	Ciocchini et al. (2003)	Países com maior percepção de corrupção pagam um prêmio de risco maior por seus títulos.
Setor Público	Gupta et al. (2001)	Países com altos níveis de corrupção são associados com serviços governamentais ineficientes.
	Kim, Ha e Kim (2017)	Os autores realizam o primeiro estudo empírico que busca capturar o efeito da corrupção sobre o crescimento econômico através da dívida pública.
	Tanzi e Davoodi (1997)	Encontram evidência significativa de superinvestimento em infraestrutura pública como consequência da corrupção.
Setor Privado	Lee e Ng (2004)	Empresas de países com elevado nível de corrupção tendem a ser menos valorizadas por investidores internacionais.
	Tanzi e Davoodi (2001)	Sociedades com elevado nível de percepção “produzem” mais advogados, ou seja, os estudantes optam mais pelos cursos de direito.
Educação	Ferraz, Finan e Moreira (2012)	Analisando dados para o Brasil, constatou-se estudantes residentes em municípios com maiores índices de corrupção se saem piores em avaliações externas. Também constatou-se que nestes municípios há um número reduzido de laboratórios de informática, assim como material de auxílio aos professores.

Fonte: Adaptado de Lambsdorff (2006)

3 PERCEPÇÕES SOBRE CORRUPÇÃO NO BRASIL

Busca-se na presente seção apresentar alguns resultados que possam servir como um *background* empírico para a análise a ser realizada na próxima seção. Para tal se fará uso da base de dados do Latinobarómetro, uma organização privada sem fins lucrativos que, promove uma pesquisa em todos os países da América Latina, pesquisa essa que busca medir diversos aspectos a partir da visão dos próprios habitantes daqueles países. Uma característica que ocupa grande espaço em referida pesquisa é a questão da corrupção e da confiança por parte da população nas instituições. Os dados disponíveis mais recentes referem-se às pesquisas realizadas no ano de 2016. No Brasil foram entrevistadas 1.204 pessoas, em sete cidades.. Um primeiro resultado a chamar a atenção é o fato dos brasileiros acreditarem que a corrupção (19,7%) é o segundo problema mais grave do país, atrás apenas da saúde (20,8%), como pode ser visto no Gráfico 1, tal cenário é reforçado pelo fato de que a grande maioria dos brasileiros (64,2%) acreditava que a corrupção havia aumentado muito no país no último ano, enquanto que no extremo oposto, apenas 1,8% acreditava que a corrupção havia diminuído consideravelmente.

Gráfico 1. Em sua opinião qual é o problema mais importante do país?

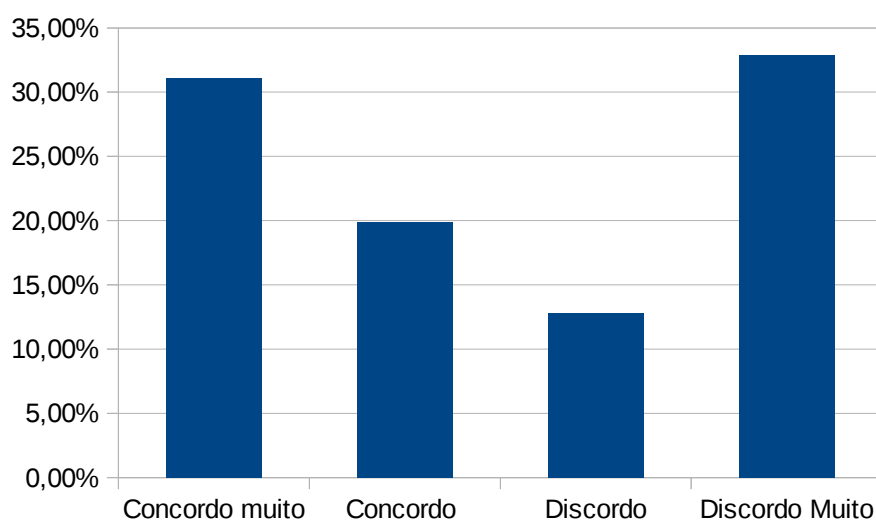


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Latinobarómetro.

Chama atenção também o quanto a corrupção – em especial a corrupção na política - é prejudicial à formação de expectativas por parte dos indivíduos tornando-os mais pessimistas

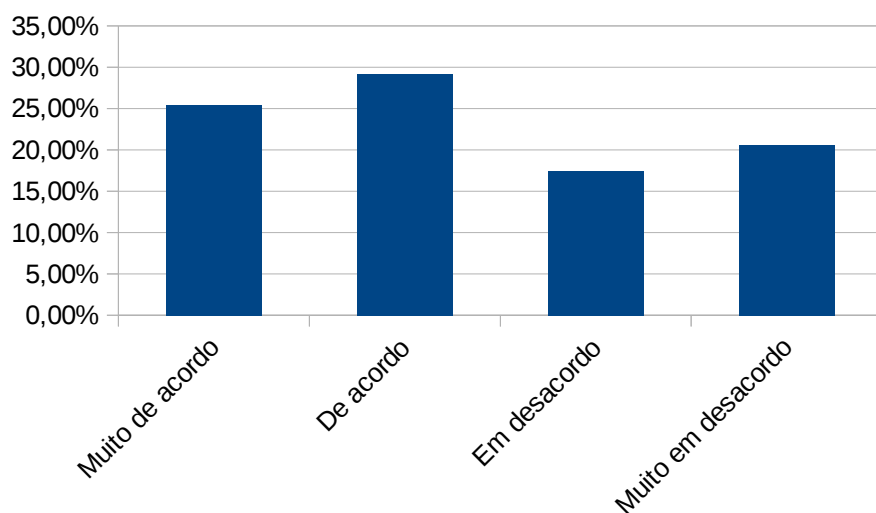
quanto à situação do país. Perguntados se acreditavam que era possível vislumbrar um país livre da mesma, como se pode inferir do Gráfico 2, 32,9% dos entrevistados demonstraram total descrédito com tal cenário, enquanto que 31,1% se mostraram confiantes com tal possibilidade.

Gráfico 2. É possível erradicar da corrupção da política?



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Latinobarómetro.

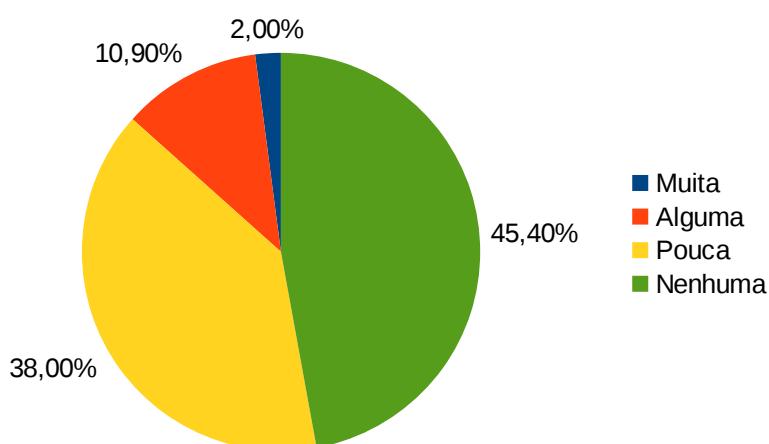
Gráfico 3. Não haveria problema se um governo não democrático chegasse ao poder, desde que resolvesse o problema da corrupção.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Latinobarómetro.

Tal percepção pessimista pode acabar por ser extremamente prejudicial ao sistema democrático, já que os indivíduos levados pela incerteza e pelo descontentamento podem acabar ser levados por discursos reformistas, mesmo que se apresente como consequência um risco ao regime democrático. Buscando medir este risco foi perguntado aos entrevistados se os mesmos não se importariam um governo não democrático chegasse ao poder; se tal governo se dispusesse a resolver os problemas do país, como pode ser visto no Gráfico 3 acima, a maioria dos entrevistados se mostraram de favoráveis a tal cenário, 25,4% estavam muito de acordo, enquanto que outros 29,2% estavam de acordo.

Gráfico 4. Quanta confiança você tem no Congresso Nacional ?

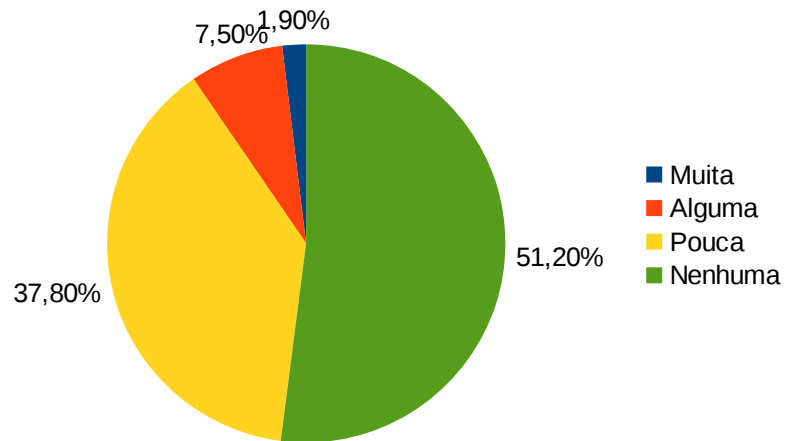


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Latinobarómetro.

Outro aspecto medido na pesquisa realizada pelo Latinobarómetro é a confiança dos indivíduos com relação as instituições, sendo esta diretamente influenciada pela percepção quanto a corrupção, afinal de contas, países percebidos como corruptos tendem a ter suas instituições mais questionadas. Perguntados sobre o nível de confiança que possuíam com relação ao congresso nacional, 45,4% dos entrevistados afirmaram não possuir nenhuma confiança no mesmo (Gráfico 4), com relação ao governo o resultado é mais gritante ainda, mais da metade dos participantes, 51,2%, afirmaram não possuir nenhuma confiança neste (Gráfico 5). Os partidos políticos também demonstraram gozar de um descrédito exorbitante, 65,4% afirmaram não confiar nas siglas que compõem o quadro eleitoral nacional, enquanto que 0,6% afirmaram possuir muita confiança nos mesmos (Gráfico 6), o descrédito com relação aos partidos acaba se transferindo, pelo menos em parte, para as instituições eleitorais (Supremo Tribunal Eleitoral – STE, Tribunais Regionais Eleitorais – TRE's, dentre outros),

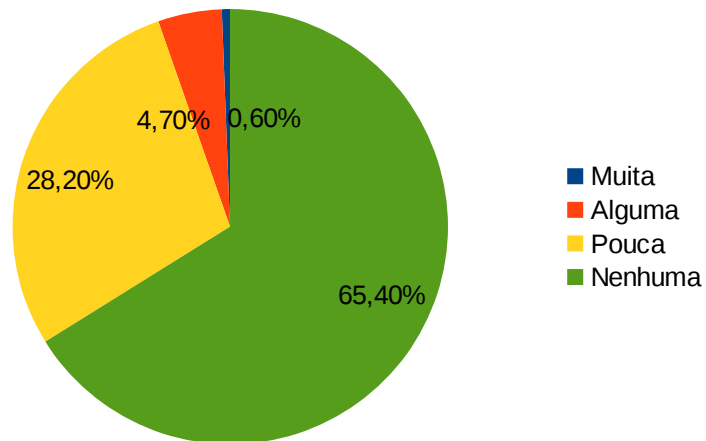
35.8% afirmaram possuir pouca confiança, enquanto que 28,2% disseram não confiar (Gráfico 7).

Gráfico 5. Quanta confiança você tem no Governo ?



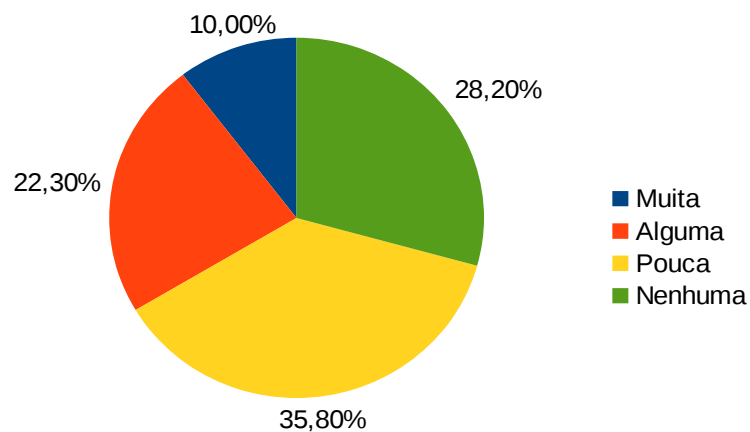
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Latinobarómetro.

Gráfico 6. Quanta confiança você tem nos Partidos Políticos ?



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Latinobarómetro.

Gráfico 6. Quanta confiança você tem nas Instituições Eleitorais ?



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Latinobarómetro.

Em resumo, de acordo com a amostra para o Brasil da pesquisa realizada pelo Latinobarómetro, depreende-se que: 1) depois da saúde, a corrupção é o maior problema do país; 2) um pouco mais da metade dos entrevistados acha que é possível erradicar a corrupção da política, mas quase a outra metade acha que não é; 3) para mais da metade não haveria problema se um governo não democrático chegasse ao poder, desde que resolvesse o problema da corrupção; 4) quase a metade não tem nenhuma confiança no Congresso Nacional; 5) mais da metade não tem nenhuma confiança no governo; 6) 65% não tem nenhuma confiança nos partidos políticos; 7) 36% tem pouca confiança nas instituições eleitorais. Ou seja, um quadro de total descrédito nas instituições e que evidencia a percepção por parte da população do mal que a corrupção representa.

4 METODOLOGIA

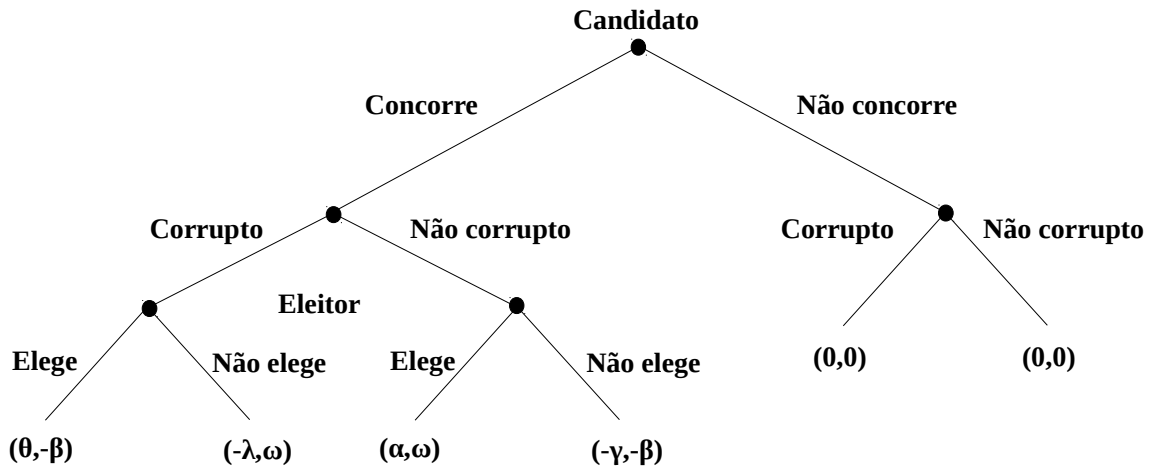
4.1 Análise de um mundo ideal

Começa-se a análise partindo de um mundo mais simples, onde não se observa assimetria de informação, o Candidato revela qual o seu tipo e o Eleitor, de posse dessa informação, toma sua decisão de eleger ou não. Este mundo ideal funciona como um jogo sequencial simples, onde a primeira ação é do Candidato que define se adotará ou não uma estratégia corrupta, em um segundo momento o Eleitor após ter observado o movimento do Candidato decidirá se o elege ou não.

Na Figura 1 observa-se a representação do jogo, o primeiro movimento será do Candidato que decidirá se concorre ou não à eleição, caso o mesmo decida por não participar do pleito seu *payoff* será 0, caso decida concorrer dará início a segunda etapa do jogo, onde o Eleitor decide se elege ou não o Candidato. Consideremos inicialmente o caso em que o Candidato é eleito, se o mesmo for do tipo corrupto receberá um *payoff* de θ , caso seja do tipo não corrupto sua recompensa será α , considera-se que $\theta \geq \alpha$, isto é, a recompensa por ser corrupto será pelo menos igual à de não ser, isto decorre do fato de que os agentes optam por serem corruptos porque esperam alcançar uma recompensa maior, seja monetária ou não. Com relação ao Eleitor caso o mesmo eleja um candidato corrupto receberá um *payoff* equivalente a $-\beta$, enquanto que a recompensa de eleger o candidato não corrupto será ω , parte-se da hipótese de que o Eleitor percebe os efeitos adversos da corrupção como sobrepujando os efeitos positivos de uma administração honesta, ou seja, tem-se que $|\beta| > |\omega|$. Considera-se agora o caso do Candidato não ser eleito, se o mesmo for do tipo corrupto o *payoff* será de $-\lambda$, para o Candidato não corrupto a recompensa da não eleição é de $-\gamma$, como se pode notar para ambos os tipos de candidato o *payoff* da não eleição é negativo, isso decorre do fato dos custos envolvidos, não somente custos monetários mas também custos de oportunidade, para o Candidato corrupto será maior. Como o mesmo almeja uma renda superior com a corrupção, supõe-se que ele buscará todos os meios possíveis para alcançar a vitória, incorrendo assim em custos maiores: $|\lambda| > |\gamma|$. No caso do Eleitor, como há somente dois tipos de candidatos quando um não é eleito significa que o outro necessariamente o fora, assim quando o Candidato corrupto não é eleito o *payoff* do Eleitor será o mesmo do caso em que o Candidato

não corrupto é eleito, ω , sendo o inverso também verdadeiro, quando o Candidato não Corrupto perde o pleito a recompensa do Eleitor será de $-\beta$.

Figura 1. Jogo da Eleição – 1 fase de eliminações

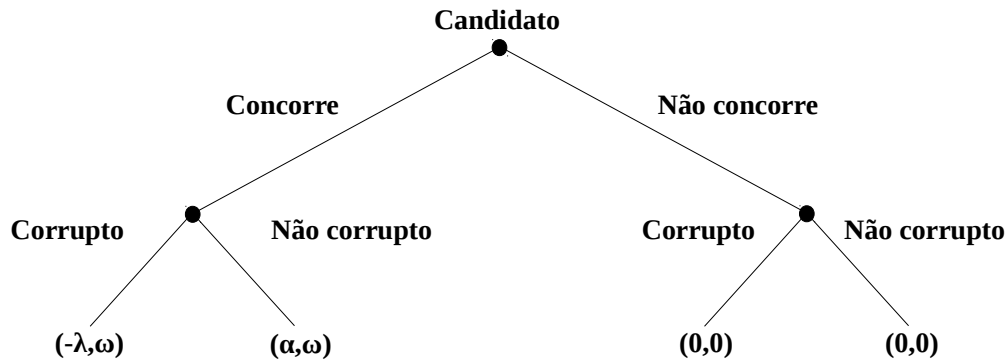


Fonte: Elaboração própria.

Busca-se agora o equilíbrio para o jogo da eleição sem incerteza. No caso dos jogos sequenciais busca-se o equilíbrio que, será encontrado através da metodologia da indução reversa. A mesma consiste em analisar o jogo de trás para frente, eliminando as estratégias que trazem os piores resultados, as estratégias que “sobrevivem” ao processo de indução reversa consistirão no equilíbrio do mesmo. Iniciamos pelo Eleitor, dado que o Candidato optou por concorrer, o mesmo pode escolher ser corrupto ou não, caso o mesmo escolha ser corrupto a melhor resposta para o Eleitor é não elegê-lo, pois $\omega > -\beta$. Esta mesma condição leva o Eleitor a eleger o Candidato caso o mesmo seja do tipo não corrupto, após estas eliminações dar-se-á início a uma nova etapa do jogo

Na Figura 2 está representada a nova esquematização do jogo dada as escolhas do Eleitor na primeira fase. Agora caberá ao Candidato decidir qual estratégia lhe traz a maior recompensa, como se pode notar o Candidato, tendo conhecimento de que o Eleitor elegerá aquele candidato que não for corrupto em detrimento àquele que opte por sê-lo, escolherá pela estratégia de não ser corrupto, em comparação com a escolha pela corrupção a recompensa será maior, $\alpha > -\lambda$.

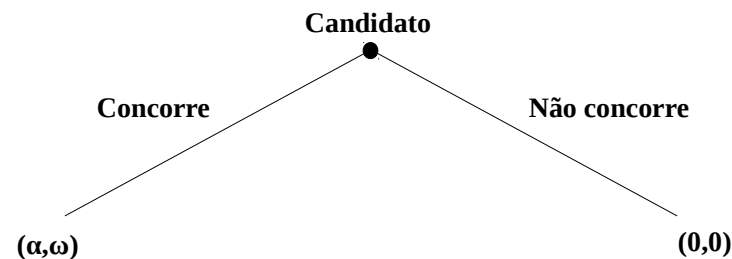
Figura 2. Jogo Eleição – 2ª fase de eliminações



Fonte: Elaboração própria.

Na última etapa do jogo o Candidato decide se vai ou não concorrer na eleição, como pode ser visto na Figura 3 caso ele não concorra, independentemente de seu tipo, sua recompensa será 0, por outro lado optando por concorrer, dado que o mesmo escolheu não agir de forma corrupta, sua recompensa será α , e sendo $\alpha > 0$, o Candidato decidirá por concorrer. Assim encontra-se a o equilíbrio do jogo, que será dado pela combinação de estratégias ((Concorre, Não corrupto, (Não elege,Elege)), onde o Candidato opta por concorrer na eleição e escolher ser do tipo não corrupto, o Eleitor por sua vez elegerá o Candidato não corrupto, e conseqüentemente escolherá não eleger o Candidato corrupto.

Figura 3. Jogo Eleição – 3ª fase de eliminações



Fonte: Elaboração própria.

4.2 Implementando a assimetria: Dilema do eleitor

Será analisada agora uma versão simplificada de uma eleição, porém, agora introduz-se a assimetria de informação, o Eleitor não será mais capaz de diferenciar um tipo de

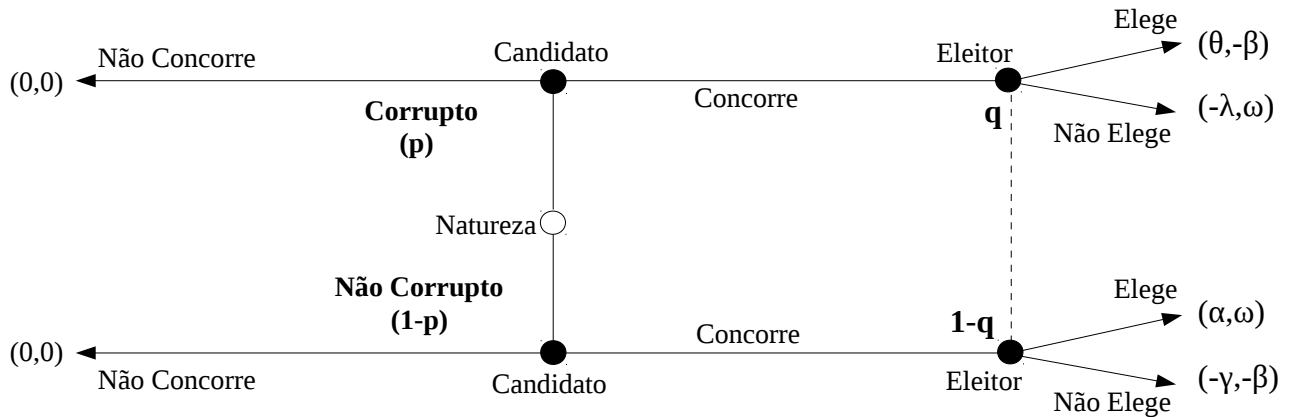
candidato do outro. Considera-se dois jogadores: há um candidato, que pode ser do tipo corrupto ou do tipo não corrupto, e há um eleitor, que decide o vencedor da eleição. Considera-se que as propostas de ambos os candidatos são basicamente idênticas, pois, sendo ambos agentes racionais, buscarão se aproximar ao máximo do eleitor representativo se movendo em direção ao centro do espectro ideológico, conforme teorizado por Black (1948). Assim, para o Eleitor o diferencial entre ambos os candidatos será o tipo dos mesmos, mas como isto não pode ser observado e o Eleitor atribuirá probabilidades sobre o tipo de cada um deles, caracterizando assim um jogo de informação incompleta, neste caso específico, um jogo sequencial de informação incompleta, buscando-se uma solução que represente um Equilíbrio Bayesiano Perfeito (EBP). A definição de um equilíbrio bayesiano perfeito pode ser encontrada em Fiani (2006):

Uma combinação de estratégias dos jogadores, assim como as crenças em relação aos nós em que todos os conjuntos de informação, é chamada um **equilíbrio perfeito bayesiano** se: (a) as estratégias de cada jogador resultam em ações ótimas, dadas a crença do jogador e as estratégias dos demais jogadores; e (b) as crenças dos jogadores são consistentes com o teorema de Bayes sempre que possível. (FIANI, 2006, p.352)

Sumariza-se a seguir os jogadores bem como suas características.

- a) Candidato: o candidato terá seu tipo definido pela Natureza, que cumpre o papel de pseudo-jogador. sendo que este poderá ser do tipo corrupto (C), com probabilidade p , ou do tipo não corrupto (NC), com probabilidade $1-p$. Após tomar conhecimento sobre seu tipo o candidato decide se concorre ou não ao pleito em questão.
- b) Eleitor: o eleitor considera que seu voto decide a eleição, o mesmo acredita possuir o voto de minerva. Como este é o segundo a jogar ele observa o primeiro movimento do Candidato, que decide se concorre ou não no pleito, como não possui certeza sobre o tipo deste último lhe atribui probabilidades, sendo q a probabilidade de que dado que o Candidato se lançou ao pleito seja corrupto, e $1-q$ a probabilidade de que dado que o Candidato se candidatou o mesmo não seja corrupto.

Figura 4. O Jogo da Eleição com componente da incerteza



Referência: Elaboração própria.

Busca-se agora os equilíbrios do jogo, em jogos de informação assimétrica haverá duas classes de equilíbrio, equilíbrios agregadores e equilíbrios separadores, o primeiro destes se configura quando os jogadores escolhem as mesmas estratégias independentemente de seu tipo, enquanto que o segundo tipo de equilíbrio ocorre quando escolhem estratégias diferentes. Neste jogo teremos então quatro potenciais equilíbrios, sendo dois agregadores – (Concorre, Concorre) e (Não concorre, Não concorre) - e dois separadores – (Concorre, Não Concorre) e (Não Concorre, Concorre). A seguir será analisado cada um destes.

Equilíbrio Agregador I (Concorre, Concorre): Dado que o movimento do Candidato corrupto foi concorrer o Eleitor precisará atualizar suas crenças quanto aos movimentos daquele, para encontrar-se o novo valor de q utiliza-se do Teorema de Bayes:

$$\begin{aligned}
 q = P(C|\text{Concorre}) &= \frac{P(\text{Concorre}|C) \cdot P(C)}{P(\text{Concorre}|C) \cdot P(C) + P(\text{Concorre}|NC) \cdot P(NC)} = \\
 &= \frac{1 \cdot p}{1 \cdot p + 1(1-p)} = p
 \end{aligned}
 \tag{1}$$

assim, de acordo com (1) q assumirá um valor igual a p . Para o Eleitor a estratégia eleger será ótima apenas quando está oferecer um resultado positivo para ele, ou seja, é preciso encontrar um valor de p que satisfaça a seguinte desigualdade:

$$-\beta p + \omega(1-p) \geq \omega p + -\beta(1-p)
 \tag{2}$$

segue-se que o valor de p que satisfaz (2) é $p \leq \frac{1}{2}$. Assim, para valores de p superiores a $\frac{1}{2}$ o Eleitor escolherá por não eleger nenhum dos dois tipos de candidato, sendo melhor para ambos não concorrerem, por outro lado quando $p \leq \frac{1}{2}$ o Eleitor escolhe eleger um dos candidatos, estes por sua vez não incentivados para desviar da estratégia escolhida, já que a recompensa de ambos de concorrerem supera a de não concorrerem, assim teremos um equilíbrio bayesiano perfeito dado por ((Concorre, Concorre), Elege).

Equilíbrio Agregador II (Não concorre, Não Concorre): Novamente o Eleitor terá que atualizar suas crenças sobre o movimento dos Candidatos, mais uma vez recorre-se ao Teorema de Bayes:

$$q = P(C|Concorre) = \frac{P(Concorre|C) \cdot P(C)}{P(Concorre|C) \cdot P(C) + P(Concorre|NC) \cdot P(NC)} = \quad (3)$$

$$= \frac{0 \cdot p}{0 \cdot p + 0 \cdot (1-p)} = \frac{0}{0}$$

o resultado obtido em (3) mostra que neste caso o valor de q será indefinido, já que chega-se à indeterminação $0/0$. Conforme fora citado anteriormente para valores de p superiores a $\frac{1}{2}$ o Eleitor decide por não eleger nenhum dos candidatos, caso isso se concretize a melhor resposta por parte dos Candidatos é não concorrerem na eleições, isso decorre do fato de que caso concorram auferiram um retorno inferior em comparação a escolha de não concorrer, assim quando $p > \frac{1}{2}$ teremos um equilíbrio bayesiano perfeito dado por ((Não concorre, Não concorre), Não elege).

Equilíbrio Separador I (Concorre, Não concorre): Como o Candidato corrupto escolhe concorrer, de acordo com (4), teremos $q = 1$, neste caso o Eleitor decide por não eleger o candidato, pois a recompensa de elegê-lo é menor do que a de não o fazer, $-\beta < \omega$, assim nesta configuração o Candidato corrupto não tem porque concorrer a eleição pois sabe que não será

eleito e a sua recompensa de não concorrer supera a de concorrer mas não ser eleito, $-\lambda < 0$, no caso do Candidato não corrupto este não possui nenhum incentivo para mudar de estratégia dada a escolha do Eleitor, pois sua situação pioraria, $-\gamma < 0$. Logo não configura-se um equilíbrio, já que o Candidato tem incentivos à mudar de estratégia.

$$q = P(C|Concorre) = \frac{P(Concorre|C).P(C)}{P(Concorre|C).P(C) + P(Concorre|NC).P(NC)} =$$

$$= \frac{1.p}{1.p + 0.(1-p)} = 1 \quad (4)$$

Equilíbrio Separador II (Não concorre, Concorre): Dado que o Candidato não corrupto opta por concorrer enquanto que o corrupto não faz, teremos $1-q = 1$, logo $q = 0$, como pode ser visto em (5). Para o Eleitor a estratégia ótima seria eleger o Candidato não corrupto, pois isto lhe traria uma recompensa maior do que não elegê-lo, $\omega > -\beta$, por parte do Candidato o mesmo não teria incentivos para desviar sua estratégia já que significaria uma recompensa menor, $\alpha > 0$. No caso do Candidato corrupto o mesmo teria incentivos para desviar sua estratégia, dado que o Eleitor optou por eleger um candidato, o indivíduo corrupto fazendo-se valer da incerteza que permeia a decisão do Eleitor, decide por concorrer, pois assim auferirá uma recompensa maior, $\theta > 0$. Como o Candidato corrupto possui incentivos para mudar de estratégia não há, neste caso, um equilíbrio bayesiano perfeito.

$$q = P(C|Concorre) = \frac{P(Concorre|C).P(C)}{P(Concorre|C).P(C) + P(Concorre|NC).P(NC)} =$$

$$= \frac{0.p}{0.p + 1.(1-p)} = 0 \quad (5)$$

Analisando os resultados conclui-se que há dois dois equilíbrios, em deles nenhum dos candidatos concorre na eleição e o Eleitor resolve por não votar, enquanto que no outro equilíbrio ambos os candidatos resolvem concorrer e o Eleitor opta por eleger um deles. Este último resultado capta o efeito da corrupção sobre a decisão dos agentes, quando ambos os candidatos se lançam no pleito o Eleitor não tem certeza de qual deles é ou não corrupto, mas simples fato de haver a possibilidade de que o eleito não seja corrupto leva o Eleitor a eleger um deles, mesmo sem ter qualquer noção do real tipo daquele.

5 CONCLUSÃO

As referências na literatura mostram como pode ser difícil prever com certeza a decisão do agente quanto à corrupção, embora se conclua que há um efeito negativo da corrupção sobre o descontentamento político (Villoria et al., 2013), também é possível encontrar resultados onde o eleitor releva o ato corrupto de determinado candidato, desde que estejam alinhados ideologicamente (Anduiza et al., 2013), tendo conhecimento disto, os resultados observados no presente trabalho são estritamente teóricos, mas apontam para o consenso de que a corrupção possui, de fato, um impacto negativo sobre as crenças dos agentes.

A análise das duas abordagens, um jogo de informação perfeita incerteza e outro de informação assimétrica, permite inferir sobre o efeito da incerteza e como a mesma tem uma relação direta com o nível de corrupção. Em um país que possui baixos níveis de corrupção, o processo eleitoral pode ser simplificado pelo jogo de informação perfeita, os agente teriam total noção das recompensas dos outros e chegar-se-ia ao equilíbrio exposto, onde o Candidato escolher concorrer com uma estratégia não corrupta e o Eleitor o elege, caso o mesmo opte por agir de forma corrupta o Eleitor perceberá este movimento e escolherá não elegê-lo. No caso de países com alto nível de corrupção, o processo eleitoral se aproxima mais do caso em que há assimetria de informação, a alta percepção da corrupção acaba por afetar a decisão do Eleitor, como foi visto há dois equilíbrios, em um deles o Candidato independentemente do tipo não concorre e o eleitor decide não eleger nenhum deles, no outro ambos os Candidatos concorrem e o Eleitor acaba por eleger um deles sem saber seu real tipo, ou seja, enquanto que no primeiro jogo o Candidato corrupto não incentivos para participar do pleito, pois sabe que não será eleito e o prejuízo será maior do que se tivesse escolhido não concorrer, já no jogo com assimetria de informação o mesmo possui incentivos para participar do processo eleitoral, pois sabe que o Eleitor elegerá um candidato mesmo sem ter total noção de seu real tipo.

Os resultados observados nos cenários também podem ajudar na compreensão dos resultados da pesquisa realizada pelo Latinobarómetro, o enorme descrédito da população com relação às instituições é fruto desta incerteza, a partir do momento que o indivíduo se encontra em uma situação de extrema insegurança quanto ao cenário político, sua reação natural será duvidar de todos os envolvidos no processo político e também nas demais

instituições (Hunt, 2006). Tal situação de incerteza acaba também sendo prejudicial ao sistema democrático, como foi visto, uma parcela considerável da população aceitaria um governo não democrático como forma de se conter a corrupção, tal comportamento acaba por não encontrar embasamento, já que países que possuem um longo período de democracia tendem a apresentar menor incidência de corrupção (Treisman 2000, Gerring e Thacker 2004, 2005). Assim percebe-se que os efeitos da corrupção afetam não somente aspectos como o crescimento e o desenvolvimento econômico, a mesma também acaba por afetar a racionalidade dos agentes, a partir do momento que suas ações serão calcadas na mais absoluta incerteza.

REFERÊNCIAS

ADES, A. e R. DI TELLA. ‘Competition and corruption’, **draft paper**, Keble College, Oxford University. 1995.

ADES, A.; DI TELLA, R.. National champions and corruption: some unpleasant interventionist arithmetic, **Economic Journal**, [s.l.], vol. 107, p. 1023–1042. 1999.

ADES, A.; DI TELLA, R.. Rents, competition, and corruption, **American Economic Review**, [s.l.], vol. 89, p. 982–94, 1999.

ADSERA, A.; BOIX, C; PAYNE, M.. Are you being served? Political accountability and quality of government, **Inter-American Development Bank Research Department**, Working Paper 438, Washington, DC, 2000.

AIDT, Toke S.. Rent seeking and the economics of corruption. **Constitutional Political Economy**, [s.l.], v. 27, n. 2, p.142-157, 16 apr. 2016.

ANDUIZA E.; GALLEGO, A.; MUÑOZ, J.. Turning a blind eye experimental evidence of partisan bias in attitudes toward corruption. **Comparative Political Studies**, vol. 46, p. 1664–1692, 2013.

BAYLEY, David H.. The Effects of Corruption in a Developing Nation. **The Western Political Quarterly**, [s.l.], v. 19, n. 4, p.719-732, dec. 1966.

BECKER, Gary S.. Crime and Punishment: An Economic Approach. **Journal Of Political Economy**, [s.l.], v. 76, n. 2, p.169-217, mar. 1968.

BECKER, Gary S.; STIGLER, George J.. Law Enforcement, Malfeasance, and Compensation of Enforcers. **The Journal Of Legal Studies**, [s.l.], v. 3, n. 1, p.1-18, jan. 1974.

BESLEY, Timothy; SMART, Michael. Fiscal restraints and voter welfare, **Journal of Public Economics**, vol. 91, no. 3, p. 755-773, 2007.

BLACK, Duncan. “On the Rationale of Group Decision-Making.” **Journal of Political Economy**, vol. 56, no. 1, p. 23–34, 1948.

CAMPOS, Francisco de Assis Oliveira; PEREIRA, Ricardo A. de Castro. Corrupção e ineficiência no Brasil: Uma análise de equilíbrio geral. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, [s.l.], v. 46, n. 2, p.373-408, jun. 2016.

CASELLI, Francisco; MORELLI, Massimo. Bad Politicians, **Journal of Public Economics**, vol. 88, p. 759-782, 2004.

CIOCHINNI, F.; DURIN, E.; Ng, D.T.C.. Does corruption increase emerging market bond spreads?, **Journal of Economics and Business**, vol. 55, p. 503–28, 2003.

CORRUPTION PERCEPTION INDEX 2017, **Transparency International**. Disponível em <https://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2017>. Acesso em 25 de Outubro de 2018.

DJANKOV, S. *et al.* The regulation of entry, **Quarterly Journal of Economics**, [s.l.], vol. 117, no.1, p. 1–37, 2002.

ELLIOT, K.A.. Corruption as an international policy problem: overview and recommendations, in K.A. Elliott (ed.), *Corruption and the Global Economy*, Washington, DC: **Institute for International Economics**, p. 175–233. 1997.

FERRAZ, Claudio; FINAN, Frederico; MOREIRA, Diana B.. Corrupting learning. **Journal Of Public Economics**, [s.l.], v. 96, n. 9-10, p.712-726, oct. 2012.

FIANI, Ronaldo. **Teoria dos Jogos**: Com aplicações em Economia, Administração e Ciências Sociais. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006. 388 p.

FRIEDRICH, Carl J.. Corruption Concepts in Historical Perspective. In: HEIDENHEIMER, Arnold J.; JOHNSTON, Michael (Ed.). **Political Corruption: Concepts & Contexts**. 3. ed. New Jersey: Transaction Publishers. Cap. 1. p. 15-23, 2007.

GARDINER, John. Defining Corruption. In: HEIDENHEIMER, Arnold J.; JOHNSTON, Michael (Ed.). **Political Corruption: Concepts & Contexts**. 3. ed. New Jersey: Transaction Publishers. Cap. 2. p. 35-40, 2007.

GERRING, J.; THACKER, S.. Political institutions and governance: pluralism versus centralism, **British Journal of Political Science**, [s.l.], vol. 34, no. 2 , p. 295–303, 2004.

GERRING, J.; THACKER, S.. Do neoliberal policies deter political corruption?, **International Organization**, vol. 59, p. 233–254, 2005.

GRAEFF, P. ; MEHLKOP, G.. The impact of economic freedom on corruption: different patterns for rich and poor countries, **European Journal of Political Economy**, [s.l.], vol. 19, no.3, p. 605–620, 2003.

GUPTA, S.; DAVOODI ,H.; TIONGSON ,E.R.. Corruption and the provision of health- care and education services, in A.K. Jain (ed.), **The Political Economy of Corruption**, London: Routledge, p. 111–41, 2001.

GUPTA, Sanjeev; DAVOODI, Hamid; ALONSO-TERME, Rosa. Does corruption affect income inequality and poverty? **Economics Of Governance**, [s.l.], v. 3, n. 1, p.23-45, mar. 2002.

HABIB, M.; ZURAWICKI, L.. Country-level investments and the effect of corruption: some empirical evidence, **International Business Review**, [s.l.], vol. 10, no. 6, 2001.

HABIB, M.; ZURAWICKI L.. Corruption and foreign direct investment, **Journal of International Business Studies**, [s.l.], vol. 33, no. 2, 2002.

HALL, Joshua; LEVENDIS, John. The Efficient Corruption Hypothesis and the Dynamics between Economic Freedom, Corruption, and National Income. **Working paper No. 17-06**. West Virginia University. Mar, 2017.

HENDERSON, D.R.. Power corrupts – editorial comment, **The Wall Street Journal**, 19 Apr., 1999.

HODGSON, G., & JIANG, S. The Economics of Corruption and the Corruption of Economics: An Institutionalist Perspective. **Journal of Economic Issues**, vol. 41, no.4, p. 1043-1061, 2007.

HJUNT, Jennifer. Why are some public official more corrupt than other?. In: ROSE-ACKERMAN, Susan (Ed.). **International handbook on the economics of corruption**. Northampton: Edward Elgar Publishing Limited, 2006. Cap. 11. p. 323-352.

HUNTINGTON, Samuel P.. **Political Order in Changing Societies**. 7. ed. Clinton: The Colonial Press. 265 p, 1973.

KAUFMANN, D., A. KRAAY and P. ZOIDO-LOBATÓN. ‘Aggregating governance indicators’, **World Bank Policy Research Working Paper no. 2195**, World Bank, Washington, DC. 1999.

INFORME LATINOBARÓMETRO 2016, **Latinobarómetro**. Disponível em <<https://www.latinobarometro.org>>. Acesso em 25 de Outubro de 2018.

KNACK, S.; KEEFER, P. Institutions and economic performance: cross-country tests using alternative institutional measures, **Economics and Politics**, [s.l.], vol. 7, p. 207–227, 1995.

KIM, Eunji; HA, Yoonhee; KIM, Sangheon. Public Debt, Corruption and Sustainable Economic Growth. **Sustainability**, [s.l.], v. 9, n. 3, p.1-30, 15 mar. 2017.

KRUEGE, Anne. The Political Economy of the Rent-Seeking Society. **The American Economic Review**, v. 64, n.3, p.291-303. 1974.

LA PORTA *et al.* The quality of government, **Journal of Law, Economics and Organization**, [s.l.], vol. 15, no.1, p. 222–79, 1999.

LAMBSDORFF, Johann Graff. Causes and consequences of corruption: What do we know from a cross-section of countries?. In: ROSE-ACKERMAN, Susan (Ed.). **International handbook on the economics of corruption**. Northampton: Edward Elgar Publishing Limited. Cap. 1. p. 3-51, 2006.

LEE, C.M.; Ng ,D.. Corruption and international valuation. Does virtue pay?, **Unpublished manuscript**, Cornell University, 2004.

LEFF, Nathaniel H. Economi-c Developement Through Bureucratic Corruption. **American Behavioral Scientist**, [s.l.], v. 8, n. 3, p. 8-14, nov. 1964.

MAURO, P. Corruption and Growth. **The Quarterly Journal Of Economics**, [s.l.], v. 110, n. 3, p.681-712, 1 ago. 1995.

MAURO, Paolo. Corruption and the composition of government expenditure. **Journal Of Public Economics**, [s.l.], v. 69, n. 2, p.263-279, jun. 1998.

NYE, J. S.. Corruption and Political Development: A Cost-Benefit Analysis. **American Political Science Review**, [s.l.], v. 61, n. 02, p.417-427, jun. 1967.

PERSSON, T.; TEBELLIN, G.; TREBBI, F.. Electoral rules and corruption, **Journal of the European Economic Association**, [s.l.], vol. 1, no.4, p.958–89, 2003.

ROCK, M.T.; BONNETT, H.. The comparative politics of corruption: accounting for the East Asian paradox in empirical studies of corruption growth and investment, **World Development**, [s.l.], vol. 32, no. 6, p. 999–1017, 2004.

ROSE-ACKERMAN, Susan. The economics of corruption. **Journal Of Public Economics**, [s.l.], v. 4, n. 2, p.187-203, fev. 1975.

ROSE-ACKERMAN, Susan. Introduction and overview. In: ROSE-ACKERMAN, Susan (Ed.). **International Handbook on the Economics of Corruption**. Northampton: Edward Elgar Publishing Limited. p. 14-38, 2006.

STIGLER, George J.. The Optimum Enforcement of Laws, **Journal of Political Economy**, University of Chicago Press, v. 78, n. 3, p. 526-536, jun. 1970.

SCHWABE, Rainer. Reputation and Accountability in Repeated Elections. **Job Market Paper**.

TANZI, V.; DAVOODI, H.. Corruption, public investment, and growth, **International Monetary Fund**, Working Paper, 97/139, 1997.

TANZI, V.; DAVOODI, H.. Corruption, growth, and public finances, in A.K. Jain (ed.), **Political Economy of Corruption**, London: Routledge, p. 89–110, 2001.

TIROLE, Jean. A Theory of Collective Reputations (with Applications to the Persistence of Corruption and to Firm Quality), **The Review of Economic Studies**, vol. 63, no. 1, p. 1-22, jan. 1996.

TREISMAN, D.. The causes of corruption: a cross-national study, **Journal of Public Economics**, 76, p. 399–457, 2000.

TULLOCK, Gordon. THE WELFARE COSTS OF TARIFFS, MONOPOLIES, AND THEFT. **Economic Inquiry**, [s.l.], vol. 5, no. 3, p.224-232, jun. 1967.

VILLORIA, M.; VAN RYZIN, G.G.; LAVEN, C.F.. Social and political consequences of administrative corruption: A study of public perceptions in Spain. **Public Administration Review**, vol. 73, p. 85–94, 2013.

WEI, S.-J.. Corruption, composition of capital flows, and currency crises, **World Bank**, Working Paper no. 2429, Washington, DC, 2000.

WYATT, G., 'Corruption, productivity and transition', **CERT Discussion Papers no. 205**, Centre for Economic Reform and Transformation, Heriot Watt University, 2002.